



CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul

MENSAGEM Nº 081/2024

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Vimos a presença de Vossa Excelência e demais membros dessa Casa apresentar projeto de Lei que visa **DISPÕES SOBRE O TICKET ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES.**

O presente projeto de lei, senhores vereadores, visa de conceder aos servidores públicos municipais estatutários efetivos e celetistas no ano de 2024 uma 13ª parcela do ticket alimentação previsto na Lei Municipal nº 2.272/03, assim valorizando o servidor e garantindo o fomento da economia ao comércio local.

Solicitamos que essa Casa Legislativa acolha este projeto e tenha sua tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA.**

Cordialmente,

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR,
SILVIO VENZKE NEUTZLING
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES CANGUÇU/RS**



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 888D-4B49-C83E-5DCE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 25/11/2024 10:38:55
(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/888D-4B49-C83E-5DCE>



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROJETO DE LEI

“DISPÕE SOBRE O TICKET ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Concede aos servidores públicos municipais estatutários efetivos e celetistas no ano de 2024 uma 13 parcela do ticket alimentação previsto na Lei Municipal nº 2.272/03 no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo único. A parcela do 13º constante do caput deste artigo será extensiva ao vale-alimentação dos servidores com vínculo efetivo, contratação emergencial e cargo em comissão instituído pela Lei nº 5.239 de 07/01/2022 e aos Conselheiros Tutelares conforme disposto no Inc. IV do art. 114 da Lei nº 5.443 de 29/05/2023.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo a despesa suportada por dotação orçamentária própria estando autorizado os ajustes necessários.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

CANGUÇU/RS., XXXXXXXXX.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO

Prefeito Municipal